

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE

TR de Computação em Nuvem 80/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
80/2025	70008-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE	OSMAR FERNANDES DE OLIVEIRA JUNIOR	20/10/2025 10:18 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		01034/2025

1. Do Objeto

1.1. Definição do objeto da contratação

1.1.1. O objeto deste *Termo de Referência (TR)* é a contratação de serviços de computação em nuvem com suporte e garantia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.1.2. O prazo de vigência inicial do Contrato é de **3 (três) anos** contados da sua assinatura, prorrogável até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.2.1. Considerando que os serviços contratados são essenciais para a sustentação da infraestrutura de TI e dos sistemas do Tribunal, qualquer paralisação ou descontinuidade poderia comprometer significativamente suas atividades. Nesse contexto, a vigência plurianual é a opção mais vantajosa, garantindo estabilidade operacional e previsibilidade técnica e orçamentária.

1.1.2.2. A contratação está relacionada à expansão da capacidade computacional na nuvem pública. A continuidade deste serviço é essencial para suportar plataformas de comunicação, colaboração e integridade operacional, sendo necessário um Contrato de longo prazo para garantir a disponibilidade contínua.

1.1.2.3. Essa abordagem alinha-se ao crescimento contínuo das necessidades tecnológicas do TRE-RN, viabilizando uma solução de longo prazo que assegure estabilidade operacional e inovação tecnológica. A vigência plurianual proporciona benefícios estratégicos, como previsibilidade orçamentária e financeira, gestão mais eficiente dos recursos e relacionamento sólido e contínuo com a CONTRATADA, facilitando suporte técnico e atualizações.

1.1.2.4. Além de garantir uma administração eficiente dos recursos financeiros, essa estratégia permite adaptações tecnológicas contínuas, melhorias nos serviços contratados e manutenção de níveis consistentes de suporte e qualidade ao longo do período contratual, otimizando a relação custo-benefício para o CONTRATANTE.

1.1.2.5. O contrato com prazo de vigência inicial mais longo permite que o CONTRATANTE obtenha preços mais vantajosos, haja vista o maior quantitativo de *Créditos de Serviços de Nuvem (CSN)* e *horas de serviço técnico* que serão contratados. Esse fato trará um maior ganho de escala à contratação, permitindo a obtenção de preços mais competitivos em relação à opção pelo contrato com vigência anual.

1.1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, nos termos da legislação vigente.

1.2. Descrição detalhada do objeto

1.2.1. Para atender as necessidades do *Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN)*, a contratação será realizada em lote único, compondo o objeto por *Créditos de Serviço de Nuvem (CSN)*, serviço técnico especializado e treinamento técnico, devendo o(s) licitante(s) oferecer(em) proposta(s) para todos os itens que o compõem o lote, conforme *Tabela 1* a seguir:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Qtde Registrada
1	1	Serviços de Computação em Nuvem - <i>Google Cloud Platform (GCP)</i> por 36 meses	CSN	270.000
	2	Serviço técnico especializado	Hora	300
	3	Treinamento técnico	Turma	2

Tabela 1 - Composição do Objeto da Contratação

1.2.2. Os itens objeto desta contratação possuem as identificações no *Catálogo de Serviços do [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)* mostradas na *Tabela 2* a seguir:

Item	Descrição	Grupo do Serviço	Código	Descrição
1	Serviços de Computação em Nuvem - <i>Google Cloud Platform (GCP)</i> por 36 meses	131 - Serviços de Computação em Nuvem	26050	Infraestrutura como Serviço (IaaS)
			26069	Plataforma como Serviço (PaaS)
2	Serviço Técnico Especializado	162 - Serviços de Gerenciamento em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
3	Treinamento técnico	929 - Outros Serviços de Educação e Treinamento	3840	Treinamento Informática - Sistema/ <i>Software</i>

Tabela 2 - Códigos dos Itens no Catálogo de Serviços do Compras.gov.br

1.2.2.1. Objetivando a realização de pregão eletrônico ou contratação direta, serão informados códigos CATSER de itens similares no Comprasnet. Desta forma, as especificações técnicas dos códigos informados não corresponderão exatamente às especificações deste Termo de Referência e seus anexos, devendo ser adotadas na íntegra as especificações deste Termo de Referência e seus anexos, que serão exigidas e observadas após conferência técnica, no momento do recebimento e aceite do objeto.

1.2.2.2. Apenas para efeito de publicação da licitação no *Portal de Compras Governamentais*, o item 1 das *Tabelas 1 e 2* será cadastrado no CATSER 26050.

2. Fundamentação da contratação

2.1. Motivação

2.1.1. A presente contratação visa atender à crescente demanda do TRE-RN por soluções tecnológicas escaláveis, seguras e aderentes às boas práticas de governança e inovação. A adoção da computação em nuvem, especificamente por meio do *Google Cloud Platform (GCP)*, permitirá modernizar a infraestrutura de TI do Órgão, garantindo maior disponibilidade dos sistemas, maior resiliência operacional, além de promover a transformação digital por meio do uso de recursos avançados como inteligência artificial generativa.

2.1.2. A contratação está alinhada aos objetivos estratégicos do TRE-RN, ao *Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)*, à *Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)* e às orientações da Portaria SGD/MGI n.º 5.950/2023, que incentiva a adoção de soluções em nuvem no âmbito da Administração Pública.

2.1.3. O modelo baseado em CSN, com contratação via integrador, proporciona flexibilidade, previsibilidade de custos e capacidade de rápida adaptação a novas demandas tecnológicas, evitando o aprisionamento a um único fornecedor (*vendor lock-in*).

2.2. Alinhamento estratégico

2.2.1. A presente contratação está alinhada ao *Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte (PEJERN)* para o período de 2021 a 2026, especialmente no que tange aos objetivos voltados ao fortalecimento das iniciativas digitais do *TRE-RN*, bem como à melhoria de sua governança, gestão e colaboração tecnológica.

2.2.2. O objeto contratado contribuirá de forma significativa para o cumprimento da meta AC4.1 – *Promover a modernização e a convergência tecnológica de sistemas e serviços com vistas à satisfação do usuário*, inserida no eixo estratégico *Aprendizado e Crescimento*. Essa meta abrange ações relacionadas à transformação digital dos serviços, integração de canais digitais, adoção de soluções baseadas em inteligência artificial e interoperabilidade entre sistemas essenciais, com o objetivo de adaptar os processos finalísticos e de apoio ao novo contexto de inovação e mudança contínua.

2.2.3. A contratação também se coaduna com os valores institucionais estabelecidos no *PEJERN*, em especial os princípios da *inovação* e da *transparência*, reafirmando o compromisso do *TRE-RN* com uma gestão pública moderna, eficiente e orientada para resultados.

2.2.4. Ademais, a iniciativa está em conformidade com a *Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)*, instituída pela Resolução CNJ n.º 370. Destaca-se seu alinhamento com os seguintes objetivos estratégicos da ENTIC-JUD, aos quais esta contratação contribui diretamente:

- a. Objetivo 2: Promover a transformação digital;

- b. Objetivo 7: Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados;
- c. Objetivo 8: Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas.

2.2.5. Esta contratação está devidamente contemplada no *Plano de Contratações Anual de 2025* do TRE-RN, constante do *Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2025)*, sob o código STI. POO_25.17: *Estudo para contratação de serviços de computação em nuvem*.

2.2.6. A execução contratual observará, no que couber, as diretrizes e disposições da *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018)*, garantindo o tratamento adequado e seguro das informações pessoais eventualmente envolvidas.

2.3. Objetivos

2.3.1. Objetivo geral

2.3.1.1. Contratar solução de computação em nuvem do tipo *Infraestrutura como Serviço (IaaS)* e *Plataforma como Serviço (PaaS)*, incluindo serviços técnicos especializados e treinamento, visando à ampliação da capacidade tecnológica do TRE-RN, com foco na continuidade dos serviços essenciais, modernização do ambiente de TI e estímulo à inovação digital.

2.3.2. Objetivos específicos

2.3.2.1. Prover ambiente de nuvem pública escalável, seguro e de alta disponibilidade, com capacidade de atender a demandas sazonais e críticas, como períodos eleitorais.

2.3.2.2. Permitir a migração gradual de aplicações atualmente em infraestrutura local para ambiente de nuvem, promovendo a interoperabilidade com o *Google Workspace (GWS)*.

2.3.2.3. Disponibilizar recursos de Inteligência Artificial generativa, aprendizado de máquina, *API's* pré-treinadas e outras tecnologias inovadoras para apoio ao desenvolvimento de soluções no âmbito do TRE-RN.

2.3.2.4. Promover capacitação técnica dos servidores responsáveis pela operação e gestão do ambiente em nuvem, assegurando a correta utilização dos recursos contratados.

2.3.2.5. Reduzir progressivamente os custos operacionais com infraestrutura própria e aumentar a eficiência na alocação de recursos de TI.

2.4. Referência ao Estudo Técnico Preliminar (ETP)

2.4.1. Foram realizados *Estudos Técnicos Preliminares* cujo conteúdo encontra-se disponível junto ao Edital.

2.4.2. O referido documento também encontra-se publicado no *Portal de Transparência do TRE/RN*.

2.5. Análise de mercado de TIC

2.5.1. Nos Estudos Técnicos Preliminares foram avaliadas quatro soluções, sendo escolhida a mais viável o *Google Cloud Platform (GCP)*, considerando integração nativa com o GWS, utilizado pelo TRE-RN desde 2020, interoperabilidade via *API's*, autenticação centralizada (SSO) e redução de vulnerabilidades.

2.5.2. A contratação será realizada por meio de integrador (*broker/revenda*), que agregará suporte técnico, capacitação, consultoria, conversão de valores para moeda nacional e conformidade com a legislação vigente. Esta abordagem oferece ao CONTRATANTE um conjunto de benefícios técnicos relevantes, que vão além do simples fornecimento de créditos em nuvem.

2.5.3. O integrador agrega valor à contratação ao disponibilizar serviços complementares, suporte qualificado, consultoria especializada e adequação contratual às exigências da Administração Pública.

2.5.4. Além disso, o modelo adotado permite o acesso a um ecossistema completo de soluções tecnológicas atualizadas, que fortalecem a infraestrutura institucional e impulsionam a transformação digital no âmbito do CONTRATANTE. Entre as principais vantagens dessa contratação, destacam-se:

- a. Suporte técnico especializado e consultoria contínua;
- b. Conversão de valores para moeda nacional, com conformidade legal;
- c. Capacitação de servidores;
- d. Serviços avançados como *Gemini* (IA), *OCR* com IA, *Looker* e *BigQuery*;
- e. Integração com GWS e ferramentas *DevOps*;
- f. Gerenciamento de VMs, contêineres (via GKE), e serviços como *Cloud SQL*, *Firestore* e *Pub/Sub*;
- g. Monitoramento e orquestração com *Stackdriver*.

2.5.5. Benefícios adicionais da padronização com o GCP:

- a. Compatibilidade e integração plena com GWS;
- b. Segurança unificada com aplicação consistente de políticas;
- c. Facilidade de gestão de TI, reduzindo curva de aprendizado;
- d. Eficiência operacional e automação de processos;
- e. Economia de custos com descontos por volume e preços simplificados;
- f. Suporte técnico unificado para GWS e GCP.

2.5.6. A solução atuará como plataforma abrangente de serviços e software em nuvem, oferecendo desde ferramentas de desenvolvimento até soluções complexas de segurança e infraestrutura, com implantação ágil e recursos avançados de proteção de dados.

2.5.7. Em síntese, a adoção do GCP fortalece a infraestrutura do TRE-RN, moderniza práticas de desenvolvimento e operação e atende às demandas de agilidade, segurança, conformidade e padronização tecnológica no setor público.

2.5.8. Pesquisa de mercado identificou contratações similares em órgãos públicos, como:

- a. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (PE n.º 90668/2024);
- b. Prefeitura Municipal de São Paulo (PE n.º 97001/2024);
- c. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (PE/SRP n.º 007/2025-TJAM).

2.6. Benefícios e Resultados

2.6.1. Benefícios diretos

- a. Maior disponibilidade e resiliência dos serviços críticos, reduzindo riscos de indisponibilidade;
- b. Redução de custos com aquisição, manutenção e atualização de equipamentos, substituindo investimentos fixos por modelo sob demanda;
- c. Acesso imediato a recursos avançados como serviços gerenciados, inteligência artificial, orquestração de *contêineres* e análise de dados em larga escala;
- d. Fortalecimento da segurança da informação com boas práticas, autenticação multifator, controle de acessos e conformidade com a *Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)*;
- e. Integração nativa com o GWS, já adotado institucionalmente, simplificando a administração de identidades e permissões.

2.6.2. Benefícios indiretos

- a. Aumento da agilidade no desenvolvimento e entrega de soluções digitais;
- b. Estímulo à cultura de inovação e adoção de tecnologias emergentes;
- c. Melhoria da imagem institucional, reforçando modernização, eficiência e transparência;
- d. Redução da pegada ambiental com uso de *data centers* sustentáveis e energia limpa;

- e. Maior atratividade para retenção e capacitação de talentos, com acesso a ferramentas modernas e ambiente de aprendizado contínuo.

2.7. Relação entre Demanda e Quantidade

2.7.1. A demanda prevista será consumida de conforme a necessidade do CONTRATANTE para os itens da *Tabela 1* (seção 1.2.1).

2.7.2. O dimensionamento estimado de CSN (item 1 da *Tabela 1*) considerou volume de dados hospedados localmente a serem migrados, CPU's virtuais, memória RAM, serviços de hospedagem e administração de banco de dados, balanceadores de tráfego, servidores de DNS, *Web Application Firewall*, armazenamento de dados, uso de soluções de Inteligência Artificial e API's de integração, totalizando 270.000 CSN para 36 (trinta e seis) meses.

2.8. Impacto Ambiental

2.8.1. Não haverá impacto ambiental significativo decorrente da contratação da solução de computação em nuvem que trata o objeto.

2.8.2. A CONTRATADA deve observar o *Código de Conduta de Fornecedores de Bens e Serviços* e a *Resolução CNJ n.º 400*, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário.

2.8.3. A CONTRATADA também deverá observar as disposições contidas na *Instrução Normativa n.º 01/2010 - SLTI/MPOG*, no que couber.

2.9. Impacto Social e Cultural

2.9.1. Todos os manuais, guias de instruções e materiais de suporte deverão ser disponibilizados em formato digital, preferencialmente no idioma português do Brasil (Pt-BR).

2.9.2. O licenciamento e os serviços de suporte técnico deverão ser prestados preferencialmente em português do Brasil.

2.9.3. Os softwares e respectivas interfaces deverão permitir ao usuário selecionar o idioma desejado, sendo o inglês aceito somente quando não existir versão disponível em português.

2.10. Conformidade Legal

2.10.1. O processo de contratação deve estar aderente à legislação constante da *Tabela 3* a seguir, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

Norma	Data	Descrição
Resolução CNJ n.º 468	15/07/2022	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário	Jun/2022	Fornecer orientações para elaboração dos artefatos atinentes às contratações de TIC.
Manual do Processo de Contratações do TRE-RN	Mar/2024	Estabelece o fluxo contratual bem como orientações no preenchimento dos modelos de documentos para as contratações no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Resolução TSE n.º 23.702	09/07/2022	Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05	26/05/2017	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal.
Portaria SGD/MGI n.º 5.950	26/10/2023	Estabelece modelo de contratação de <i>software</i> e de serviços de computação em nuvem, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
Resolução TRE-RN n.º 110	10/08/2023	Dispõe sobre a política de segurança da informação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.
Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGU/AGU)	Set/2023	Fornece orientações e segurança jurídica aos gestores públicos na implementação das contratações públicas sustentáveis.
Portaria SGD/MGI n.º 852	28/03/2023	Dispõe sobre o Programa de Privacidade e Segurança da Informação.
Instrução Normativa SGD/ME n.º 94	23/12/2022	Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
Instrução Normativa SEGES/ME n.º 116	21/12/2021	Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Federal.
Instrução Normativa GSI /PR n.º 5	30/08/2021	Dispõe sobre os requisitos mínimos de segurança da informação para utilização de soluções de computação em nuvem pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal.
Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65	07/07/2021	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal.
Resolução TSE n.º 23.644	01/07/2021	Dispõe sobre a <i>PSI</i> no âmbito da Justiça Eleitoral.
Resolução CNJ n.º 400	16/06/2021	Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução CNJ n.º 396	07/06/2021	Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

Lei n.º 14.133	01/04/2021	Nova Lei de Licitações e Contratos, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Resolução CNJ n.º 370	28/01/2021	Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
Lei n.º 13.709	14/08/2018	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
Norma Complementar n.º 14/IN01/DSIC/SCS /GSIPR	13/03/2018	Estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à segurança da informação para o tratamento da informação em ambiente de computação na nuvem.
ABNT NBR ISO/IEC 27017	07/07/2016	Código de prática para controles de segurança da informação com base ABNT NBR ISO/IEC 27002 para serviços em nuvem.
Decreto n.º 7.746/2012	05/06/2012	Regulamenta o art. 3º da Lei n.º 8.666 para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal e pelas Empresas Estatais dependentes.
Instrução Normativa SLTI /MP n.º 01	19/01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal e dá outras providências.
Lei Complementar n.º 123	14/12/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e altera dispositivos legais.
Lei n.º 8.078	11/09/1990	Código de Defesa do Consumidor.

Tabela 3 - Legislação aplicável

3. Da Licitação

3.1. Da Pretensão da Contratação

3.1.1. O objeto deste Termo de Referência é a contratação de serviços de computação em nuvem, incluindo *Créditos de Serviço de Nuvem (CSN)*, serviço técnico especializado e treinamento técnico, nas quantidades especificadas na *Tabela 1*.

3.2. Da Natureza do Objeto da Contratação

3.2.1. Os itens objeto da contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade dos serviços agregados podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.2.2. O serviço especificado neste Termo de Referência é enquadrado como continuado tendo em vista as seguintes razões:

3.2.2.1. Os serviços de computação em nuvem são essenciais e permanentes para a infraestrutura tecnológica do Tribunal. A necessidade de disponibilidade ininterrupta (24/7) desses serviços justifica a adoção de uma vigência plurianual, conferindo maior previsibilidade e eficiência à gestão contratual.

3.2.2.2. A contratação envolve serviços em nuvem sob o modelo de subscrição, abrangendo *Infraestrutura como Serviço (IaaS)* e *Plataforma como Serviço (PaaS)*. Esses serviços enquadram-se como contratação continuada, pois atendem necessidades permanentes ou prolongadas da atividade administrativa do Órgão, conforme disposto no *art. 6º, inciso XV, da Lei n.º 14.133/2021*.

3.2.2.3. A contratação está relacionada à expansão da capacidade computacional na nuvem pública. A continuidade deste serviço é essencial para suportar plataformas de comunicação, colaboração e integridade operacional, sendo necessário um contrato de longo prazo para garantir a disponibilidade contínua.

3.2.2.4. Essa abordagem alinha-se ao crescimento contínuo das necessidades tecnológicas do TRE-RN, viabilizando uma solução de longo prazo que assegure estabilidade operacional e inovação tecnológica. A vigência plurianual proporciona benefícios estratégicos, como previsibilidade orçamentária e financeira, gestão mais eficiente dos recursos e relacionamento sólido e contínuo com a CONTRATADA, facilitando suporte técnico e atualizações.

3.2.2.5. Além de garantir uma administração eficiente dos recursos financeiros, essa estratégia permite adaptações tecnológicas contínuas, melhorias nos serviços contratados e manutenção de níveis consistentes de suporte e qualidade ao longo do período contratual, otimizando a relação custo-benefício para o Tribunal.

3.3. Do Parcelamento e Adjudicação

3.3.1. A presente contratação deverá ser realizada em lote único, pelos seguintes motivos:

3.3.1.1. Os serviços descritos na *Tabela 1* deste Termo de Referência são interdependentes. Dessa forma, caso um deles não seja contratado, a solução como um todo restaria prejudicada.

3.3.1.2. Não faria sentido dissociar a aquisição dos créditos de serviço em nuvem dos serviços técnicos especializados e treinamento, afinal a CONTRATADA irá treinar os servidores do TRE/RN para o melhor aproveitamento da ferramenta informatizada. Caso uma outra empresa realizasse essa capacitação e os servidores não conseguissem realizar um melhor aproveitamento do sistema de computação em nuvem, ficaria a dúvida se a falha foi em um treinamento ineficiente ou se o sistema não atende às necessidades. Dessa forma, a apuração de responsabilidade restaria prejudicada. Esse fato não ocorre com a contratação de empresa única.

3.3.1.3. Outro fator a ser levado em conta é o valor estimado da contratação. O item referente aos créditos possui valor bem superior aos demais. Caso os itens sigam para a licitação isoladamente, haveria uma concentração do mercado no item 1, levando a um desinteresse nos demais itens.

3.3.1.4. O próprio CONTRATANTE será beneficiado com o agrupamento dos itens considerando o ganho de escala no valor final contratado.

3.3.1.5. A solução proposta é um sistema de computação em nuvem que inclui o serviço técnico especializado e treinamento. Caso esses itens sigam para a disputa isoladamente e um deles restar fracassado/deserto, a solução será prejudicada.

3.3.1.6. Por fim, é importante registrar que o mercado atende a todos os itens a serem contratados, ou seja, as empresas que realizam o serviço de computação em nuvem também prestam treinamento, por exemplo.

3.3.2. É vedada a subcontratação total, cessão ou a transferência do objeto.

3.3.3. É permitida a participação de consórcio.

3.4. Modalidade e Tipo de Licitação

3.4.1. A futura CONTRATADA será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

3.5. Critérios de Habilitação

3.5.1. Para fins de habilitação jurídica, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos:

3.5.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

3.5.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

3.5.1.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

3.5.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

3.5.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

3.5.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

3.5.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

3.5.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.5.2. Para fins de habilitação econômico-financeira, deverá a licitante apresentar os seguintes documentos:

3.5.2.1. A licitante deverá apresentar certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 116, de 2021), ou de sociedade simples.

3.5.2.2. A licitante deverá apresentar certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante – Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

3.5.2.3. A licitante deverá apresentar o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

3.5.2.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

3.5.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.5.2.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.5.2.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

3.5.2.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente.

3.5.2.8. Caso solicitado, o atendimento dos índices econômicos previstos neste tópico deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela licitante.

3.5.3. Para fins de habilitação fiscal, social, trabalhista e administrativa, deverá a licitante apresentar os seguintes documentos:

3.5.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

3.5.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da *Portaria Conjunta n.º 1.751*, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.5.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

3.5.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo *Decreto-Lei n.º 5.452*, de 1º de maio de 1943.

3.5.3.5. Prova de regularidade perante o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União.

3.5.4. Para fins de habilitação técnica, deverá a licitante apresentar os seguintes documentos:

3.5.4.1. A licitante deverá comprovar, obrigatoriamente, que é revendedora autorizada da *Google Cloud*, detentora do status "*Premier Partner*", estando apta à comercialização da solução *Google Cloud Platform* (GCP) no território nacional. Tal comprovação dar-se-á mediante apresentação de documento idôneo ou

indicação inequívoca de que a empresa encontra-se listada na página oficial de parceiros da Google, disponível em <https://bit.ly/ParceirosCloudGoogle>, com os filtros aplicados para localização “Brasil”, produto “Google Cloud Platform” e nível “Premier”.

3.5.4.2. A licitante deverá apresentar certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem sua capacidade operacional para a execução de serviços similares, com grau de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente.

3.5.4.3. Para fins de comprovação de similaridade, serão considerados equivalentes os serviços relacionados ao fornecimento de *IaaS* e *PaaS*.

3.5.4.4. Quando o atestado ou certidão for emitido por pessoa jurídica de direito público, o documento deverá estar assinado por responsável do setor competente do órgão, preferencialmente contendo mecanismo de verificação ou autenticação.

3.5.4.5. Quando emitido por pessoa jurídica de direito privado, o atestado ou certidão deverá conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com menção ao cargo ou função que ocupa na empresa e formas de contato, ou conter mecanismo de verificação ou autenticação.

3.5.4.6. No caso de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial.

3.5.4.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

3.5.4.8. O Pregoeiro poderá, mediante diligência, solicitar a apresentação de documentos complementares que comprovem as informações contidas nos atestados de capacidade técnica, tais como cópias de contratos, medições, notas fiscais, registros em órgãos oficiais, ou outros documentos idôneos pertinentes.

3.6. Critérios Técnico de Aceitação das Propostas

3.6.1. Poderá ser exigido catálogo ou informações técnicas complementares para análise da proposta comercial apresentada pela licitante

4. Da Execução e Gestão do Contrato

4.1. Papéis Desempenhados na Contratação

4.1.1. Autoridade competente: Diretora-Geral do CONTRATANTE ou autoridade delegada, responsável pela assinatura do Contrato, Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança (Anexo I) e pela publicação da equipe de fiscalização do Contrato.

4.1.2. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, preferencialmente da Área Demandante da Solução de TIC, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente.

4.1.3. Fiscal(is) Técnico(s) do Contrato: servidor(es) representante(s) da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, designado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução.

4.1.4. Fiscal Demandante: servidor representante da Área Demandante da solução, designado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TIC.

4.1.5. Fiscal(is) Administrativo(s): servidor(es) representante(s) da Área Administrativa do CONTRATANTE, designado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes, obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e demais obrigações contratuais. O fiscal administrativo deverá ser designado pela autoridade competente e não poderá ser servidor da área de TIC, salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas, conforme Resolução CNJ n.º 468/2022, artigo 24, §3.

4.1.6. Preposto: funcionário representante da empresa CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao órgão CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; e

4.1.7. Representante da CONTRATADA: responsável legal da CONTRATADA para assinatura do contrato, caso tal poder não tenha sido delegado para o preposto.

4.2. Formas de Comunicação e Acompanhamento da Execução do Contrato

4.2.1. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA serão efetuadas por e-mail ou via telefone, conforme o caso, sob demanda, conforme a *Tabela 4* a seguir:

Documento	Emissor	Destinatário	Canal	Periodicidade
Contrato, termos aditivos e apostilas	Autoridade Competente	Representante da CONTRATADA	Físico ou Correio eletrônico	Única e conforme a necessidade
Mensagens eletrônicas	Gestor/Fiscal do Contrato ou Preposto	Preposto ou Gestor /Fiscal do Contrato	Correio eletrônico ou aplicativo de mensagens instantâneas	Conforme a necessidade
Ordem de Serviço	Fiscal do Contrato	Representante da CONTRATADA	Correio eletrônico	Início dos serviços Por demanda
Ofício comunicando ocorrências do Contrato	Gestor do Contrato	Representante da CONTRATADA	Correio eletrônico	Conforme a necessidade
Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança	Representante da CONTRATADA	Gestor do Contrato	Físico ou Correio eletrônico	Na assinatura do contrato ou reunião inicial do Contrato
Autorização para emissão de Nota Fiscal	Gestor do Contrato	Representante da CONTRATADA	Correio eletrônico	Mensal
Nota Fiscal	Representante da CONTRATADA	Gestor do Contrato	Físico ou Correio eletrônico	Mensal

Tabela 4 - Formas de comunicação e acompanhamento da execução do Contrato

4.3. Principais Marcos e Eventos da Execução do Contrato

4.3.1. A Tabela 5 a seguir foi elaborada com os principais marcos e eventos relevantes que ocorrerão durante a execução do contrato.

Etapa	Descrição	Prazo	Atores	Artefato	Canal
1	Assinatura do Contrato	Até 5 dias úteis após a convocação	Autoridade competente e Representante da CONTRATADA	Contrato	E-mail ou presencial
2	Assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança	No ato da assinatura do contrato ou durante reunião de alinhamento para início da prestação dos serviços	Autoridade competente e Representante da CONTRATADA	Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança	E-mail ou presencial
3	Reunião de alinhamento para início da prestação dos serviços	Até 5 dias úteis após a assinatura do contrato	Gestor, Fiscais do Contrato e Preposto	Ata da reunião	Presencial ou virtual
4	Treinamento	Até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato	Servidores do TRE /RN e instrutor da CONTRATADA	Materiais didáticos e atesto de realização	Virtual
5	Execução dos serviços	Início após 10 dias úteis da assinatura do contrato	CONTRATADA	Ordem de Serviço	Virtual
6	Pagamento	Mensal	CONTRATANTE	Nota Fiscal	SEI

Tabela 5 - Principais marcos e eventos da Execução do Contrato

4.4. Dinâmica da Execução

4.4.1. A CONTRATADA executará os serviços constantes deste Termo de Referência ao TRE/RN de acordo com as quantidades contratadas, sob demanda, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE.

4.4.2. O prazo para início da execução dos serviços não poderá ser superior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de envio da Ordem de Serviço por e-mail ou outro meio em caso de impossibilidade técnica.

4.4.2.1. O prazo de entrega inicia sua contagem a partir da data de envio da Ordem de Serviço, independentemente da confirmação do recebimento.

4.4.2.2. Caso enfrente dificuldades no recebimento da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá consultar a Coordenadoria de Sistemas Corporativos do TRE/RN, via correio eletrônico (cosis@tre-rn.jus.br) ou pelo telefone (84) 3654-5570.

4.4.2.3. Caso não seja possível a entrega dentro do prazo contratual, a CONTRATADA deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

4.4.3. Os serviços de computação em nuvem deverão ser prestados de forma remota e contínua (24x7), conforme a natureza da solução contratada. Excepcionalmente, atividades que demandem presença física, como treinamentos presenciais, reuniões técnicas ou suporte especializado não passível de execução remota, poderão ser realizadas no endereço do CONTRATANTE (Av. Rui Barbosa, 165, Tirol, Natal-RN), em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 14h, mediante solicitação formal do CONTRATANTE.

4.4.4. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser prestados em conformidade com as especificações apresentadas, com informações precisas, corretas, claras, de preferência em língua portuguesa, sobre o sistema e suas características e demais informações que se fizerem necessárias para atestar a conformidade do objeto recebido com o que foi solicitado.

4.4.4.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, ou por qualquer outro motivo desde que justificado pelo CONTRATANTE, devendo ser substituído em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação enviada à CONTRATADA por e-mail ou outro meio em caso de impossibilidade técnica.

4.4.5. O prazo de vigência inicial do Contrato é de 3 (três) anos contados da sua assinatura, prorrogável até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.6. Quanto ao item 3 da *Tabela 1*, haverá a necessidade de treinamento. O treinamento deverá ocorrer para 2 turmas com até 10 participantes, carga horária mínima de 18 (dezoito) horas por turma, com fornecimento de materiais didáticos, na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

4.4.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.4.8. Os procedimentos de segurança da informação e o processamento da informação devem estar em conformidade com as políticas e normas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE e pelo Poder Judiciário, em destaque a Lei n.º 13.709/2018, com a redação dada pela Lei n.º 13.853/2019, sobre a proteção de dados pessoais, que altera a Lei n.º 12.965/2014 (Marco Civil da Internet); Resolução CNJ n.º 396 /2021 e a Resolução TRE/RN n.º 110/2023 (Política de Segurança da Informação do TRE/RN).

4.5. Instrumentos Formais de Solicitação do Objeto

4.5.1. Será utilizada a Ordem de Serviço, encaminhada em mensagem eletrônica, como instrumento formal de solicitação dos serviços.

4.6. Níveis de Serviços Exigidos (NSE)

4.6.1. Com o objetivo de assegurar a efetividade, a confiabilidade e a continuidade dos serviços contratados, estabelecem-se os *Níveis de Serviços Exigidos* (NSE) apresentados na *Tabela 6* a seguir, definindo os parâmetros mínimos de qualidade a ser observado pela CONTRATADA.

Nº 01. Disponibilidade da Plataforma GCP	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir alta disponibilidade dos serviços essenciais da nuvem (VMs, bancos de dados, armazenamento).
Metas a cumprir	Disponibilidade mínima mensal de 99,9% para serviços contratados.

Instrumento de medição	Relatórios de disponibilidade fornecidos pelo console GCP e auditoria do CONTRATANTE.
Forma de acompanhamento	Relatório mensal de serviços, consolidado pela CONTRATADA.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Percentual de disponibilidade = $(\text{Tempo total} - \text{Tempo de indisponibilidade}) \div \text{Tempo total} \times 100$.
Início da Vigência	Data de assinatura do Contrato.
Faixas de ajustes no pagamento	$\geq 99,9\%$ – 100% da parcela mensal. $\geq 99\%$ e $< 99,9\%$ – 90% da parcela mensal. $\geq 95\%$ e $< 99\%$ – 70% da parcela mensal. $< 95\%$ – 50% da parcela mensal.
Sanções	Reincidência em 3 meses consecutivos com nível inferior a 95%: multa de 2,5% sobre o valor do contrato.

Nº 02. Atendimento a Incidentes Críticos

Item	Descrição
Finalidade	Garantir a pronta resposta e resolução de falhas críticas que comprometam serviços do TRE-RN.
Metas a cumprir	Atendimento inicial em até 30 minutos e solução definitiva em até 4 horas para incidentes críticos.
Instrumento de medição	Chamados técnicos registrados na Central de Suporte da CONTRATADA.
Forma de acompanhamento	Relatório de incidentes, emitido mensalmente pela CONTRATADA.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Percentual de incidentes críticos resolvidos no prazo = $(\text{Incidentes resolvidos dentro do SLA} \div \text{Total de incidentes críticos}) \times 100$.
Início da Vigência	Data de assinatura do Contrato.

Faixas de ajustes no pagamento	≥ 95% – 100% da parcela mensal.
	≥ 90% e < 95% – 80% da parcela mensal.
	≥ 80% e < 90% – 60% da parcela mensal.
	< 80% – 50% da parcela mensal.
Sanções	Nível inferior a 80% por 2 meses consecutivos: multa de 5% sobre o valor do contrato.
Nº 03. Capacidade e Desempenho	
Item	Descrição
Finalidade	Assegurar que a infraestrutura da GCP atenda à demanda mínima de desempenho e elasticidade necessária.
Metas a cumprir	Garantia de escalabilidade automática para suportar picos de até 200% da carga média mensal do CONTRATANTE, sem degradação perceptível de desempenho (tempo de resposta inferior a 2 segundos em aplicações críticas).
Instrumento de medição	Logs de monitoramento do GCP (<i>Cloud Monitoring</i> e <i>Cloud Trace</i>).
Forma de acompanhamento	Painel de desempenho, disponibilizado ao CONTRATANTE.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Percentual de requisições atendidas dentro do tempo de resposta estipulado.
Início da Vigência	Data de assinatura do Contrato.
Faixas de ajustes no pagamento	≥ 98% – 100% da parcela mensal.
	≥ 95% e < 98% – 80% da parcela mensal.
	≥ 90% e < 95% – 60% da parcela mensal.
	< 90% – 50% da parcela mensal.
Sanções	Caso o tempo de resposta ultrapasse 3 segundos em mais de 10% das requisições durante 2 meses consecutivos: multa de 3% sobre o valor do contrato.

Tabela 6 - Níveis de Serviços Exigidos

4.6.2. Esses níveis definem a produtividade, a capacidade de fornecimento e os critérios de aceitação dos serviços prestados, abrangendo indicadores de disponibilidade, desempenho e suporte técnico.

4.6.3. O cumprimento dos NSE será acompanhado periodicamente pelo CONTRATANTE, mediante instrumentos de monitoramento e relatórios gerenciais, constituindo-se em requisito essencial para a plena execução contratual, bem como para a aplicação de eventuais ajustes de pagamento ou sanções em caso de descumprimento.

4.7. Qualificação Técnica dos Profissionais

4.7.1. Na fase de contratação não será exigida nenhuma qualificação técnica extra da CONTRATADA ou dos seus profissionais além daquela exigida nos critérios de habilitação técnica, conforme subitens 3.5.4 e seguintes deste Termo de Referência.

4.8. Forma de Recebimento e Qualidade

4.8.1. Recebimento Provisório

4.8.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias corridos, pelo(s) fiscal (is) técnico e administrativo, mediante termo circunstanciado que ateste o cumprimento das exigências técnicas e administrativas.

4.8.1.2. O prazo será contado a partir do recebimento da comunicação de cobrança encaminhada pela CONTRATADA, realizada mensalmente quando houver serviços executados, acompanhada da comprovação da prestação correspondente.

4.8.1.3. O prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências adicionais.

4.8.1.4. O recebimento provisório será considerado concluído com a entrega do termo circunstanciado ou, havendo mais de um, com a entrega do último.

4.8.1.5. Ao final de cada período mensal, o fiscal técnico deverá:

- a. apurar os resultados da execução do objeto, inclusive quanto ao desempenho e qualidade;
- b. registrar em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- c. propor, se for o caso, redimensionamento dos valores a serem pagos à CONTRATADA.

4.8.2. Correções e Rejeição de Serviços

4.8.2.1. A CONTRATADA deverá corrigir, às suas expensas, total ou parcialmente, os serviços que apresentem vícios, defeitos ou incorreções.

4.8.2.2. A fiscalização não atestará a última e/ou única medição de serviços enquanto houver pendências não sanadas.

4.8.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e da proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.8.3. Recebimento Definitivo

4.8.3.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, mediante termo circunstanciado que ateste a qualidade e quantidade dos serviços.

4.8.3.2. Para contratações de valores inferiores ao limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133 /2021, o prazo máximo será de 5 (cinco) dias corridos.

4.8.3.3. O prazo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando necessário para diligências adicionais.

4.8.3.4. Para efeito de recebimento definitivo, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- a. emissão de documento comprobatório da avaliação da fiscalização, com menção ao desempenho da CONTRATADA e eventuais penalidades, registrando-se no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- b. análise dos relatórios e documentação apresentados, solicitando-se à CONTRATADA, por escrito, as correções necessárias em caso de irregularidades;
- c. emissão do Termo Circunstanciado de recebimento definitivo;
- d. comunicação à CONTRATADA para emissão da Nota Fiscal ou Fatura com o valor dimensionado pela fiscalização;
- e. encaminhamento da documentação ao setor competente para formalização da liquidação e pagamento.

4.8.4. Em caso de divergência quanto à qualidade ou quantidade dos serviços, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, sendo garantida à CONTRATADA a emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

4.8.5. Nenhum prazo de recebimento será iniciado enquanto persistirem inconsistências na execução dos serviços ou no instrumento de cobrança.

4.8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual.

4.9. Forma de Pagamento

4.9.1. Prazos para liquidação

4.9.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para liquidação da despesa, prorrogáveis por igual período, conforme art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

4.9.1.2. Para contratações decorrentes de despesas de valores inferiores ao limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo será reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação por igual período.

4.9.2. Verificação da Nota Fiscal/Fatura

4.9.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura contém os elementos necessários, incluindo:

- a. prazo de validade;
- b. data de emissão;
- c. dados do contrato e do órgão contratante;
- d. período de execução contratual;
- e. valor a pagar;
- f. destaque de retenções tributárias cabíveis.

4.9.2.2. Havendo erro na apresentação ou circunstância que impeça a liquidação, a despesa ficará sobrestada até a regularização pela CONTRATADA, reiniciando-se o prazo após a comprovação do saneamento, sem ônus ao CONTRATANTE.

4.9.3. Regularidade Fiscal e Consultas Obrigatórias

4.9.3.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, obtida por meio de consulta ao SICAF ou, quando indisponível, aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

4.9.3.2. A CONTRATADA também deverá comprovar regularidade junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa (CNJ) e ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU).

4.9.3.3. A Administração deverá realizar consultas ao SICAF para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b. identificar impedimentos de participação em licitação ou proibição de contratar;
- c. verificar ocorrências impeditivas indiretas.

4.9.3.4. Constatada irregularidade, a CONTRATADA será notificada para regularização ou apresentação de defesa em até 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis uma vez, por igual período.

4.9.3.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar os órgãos competentes sobre a inadimplência e sobre eventual pagamento pendente, a fim de assegurar a cobrança dos créditos devidos.

4.9.3.6. Persistindo a irregularidade, será instaurado processo para rescisão contratual, assegurada ampla defesa.

4.9.3.7. Havendo execução efetiva do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até a decisão final pela rescisão.

4.9.4. Pagamento e Encargos

4.9.4.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa, conforme IN SEGES/ME nº 77/2022.

4.9.4.2. Para despesas de valores inferiores ao limite do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo será de até 5 (cinco) dias úteis, conforme art. 7º, §2º da IN SEGES nº 77/2022.

4.9.4.3. Nos casos de atraso de pagamento, desde que não ocasionados pela CONTRATADA, incidirão encargos moratórios calculados pela fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias em atraso;
- VP = Valor da parcela a ser paga;
- I = 0,00016438 (índice equivalente a 6% ao ano ÷ 365 dias).

4.9.4.4. O pagamento será realizado via ordem bancária em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

4.9.4.5. Considera-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

4.9.5. Retenções Tributárias

4.9.5.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção dos tributos previstos em lei.

4.9.5.2. A CONTRATADA optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção quanto aos tributos abrangidos pelo regime, desde que apresente documentação oficial comprobatória.

4.9.5.3. Independentemente dos percentuais informados pela CONTRATADA, prevalecerão as retenções previstas na legislação vigente.

4.9.6. Forma de Parcelamento dos Itens

4.9.6.1. Os itens a serem contratados serão pagos mensalmente, conforme a demanda de serviços executados no mês.

4.9.7. Cessão de Créditos

4.9.7.1. É admitida a cessão fiduciária de créditos com instituição financeira, conforme IN SEGES/ME nº 53 /2020 e regras deste Termo de Referência.

4.9.7.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do CONTRATANTE.

4.9.7.3. A cessão de crédito dependerá, também, da regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como de comprovação de que não está impedido de contratar ou receber benefícios fiscais, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 e do Parecer JL-01/2020.

4.9.7.4. O crédito pago à cessionária corresponderá exatamente ao devido à CONTRATADA, permanecendo válidas as cláusulas contratuais de glosas, descontos, multas e pagamento condicionado à comprovação do fato gerador.

4.9.7.5. A cessão de crédito não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade integral pela execução do objeto contratado.

4.10. Manutenção e Garantia

4.10.1. A CONTRATADA deverá corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que apresentem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução.

4.10.2. A fiscalização não atestará a última e/ou única medição de serviços enquanto houver pendências não sanadas.

4.10.3. Os demais aspectos relativos à manutenção e garantia estão dispostos no subitem 5.5 e seguintes deste Termo de Referência.

4.11. Transferência de Conhecimento

4.11.1. Após o encerramento do contrato, incluindo eventuais prorrogações, será realizado novo estudo técnico para avaliar a viabilidade de manutenção do modelo de contratação descrito neste Termo de Referência.

4.11.2. Caso seja confirmada a viabilidade, nova contratação será realizada, não sendo necessária transferência adicional de conhecimento além daquela prevista no treinamento do item 3 da *Tabela 1* deste Termo de Referência.

4.12. Direitos de Propriedade Intelectual e Direitos Autorais

4.12.1. A CONTRATADA deverá ceder ao CONTRATANTE os direitos de propriedade intelectual e autoral sobre os artefatos e produtos resultantes da execução contratual, incluindo documentação, modelos de dados, código-fonte de aplicações e bases de dados.

4.12.2. A conformidade com os direitos de propriedade intelectual deverá observar a Lei Federal nº 9.609 /1998 e demais legislações aplicáveis.

4.13. Obrigações do CONTRATANTE

4.13.1. Nomear Gestor e Fiscais (Demandante, Técnico e Administrativo) para acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

4.13.2. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado, sempre que solicitados pela CONTRATADA, utilizando os canais de comunicação definidos neste Termo de Referência.

4.13.3. Disponibilizar recursos técnicos e logísticos necessários para a execução dos serviços conforme as especificações.

4.13.4. Definir, quando aplicável, produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC, com base em pesquisas de mercado.

4.13.5. Encaminhar formalmente as demandas por meio de Ordem de Serviço.

4.13.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

4.13.7. Comunicar à CONTRATADA quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento da solução de TIC, incluindo:

- a. atos que possam interferir direta ou indiretamente na entrega do serviço;
- b. vícios, defeitos ou incorreções verificados no objeto fornecido, para correção às expensas da CONTRATADA;
- c. irregularidades ou defeitos na execução das atividades, bem como condutas de técnicos da CONTRATADA consideradas prejudiciais ou inconvenientes;
- d. ocorrências de desempenho ou comportamento insatisfatório, falhas, insuficiências, erros e omissões constatados durante a execução contratual.

4.13.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desconformidade com as especificações do Termo de Referência ou da proposta da CONTRATADA.

4.13.9. Receber o objeto fornecido que esteja em conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta aceita, conforme inspeções realizadas.

4.13.10. Comunicar à CONTRATADA a emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, em caso de controvérsia quanto à dimensão, qualidade ou quantidade.

4.13.11. Liquidar a despesa e efetuar o pagamento devido nos prazos estipulados, desde que cumpridas as formalidades contratuais e deste Termo de Referência.

4.13.12. Exercer fiscalização permanente na execução do objeto, registrando falhas e determinando providências à CONTRATADA para sua regularização.

4.13.13. Assegurar facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo acesso controlado dos técnicos da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE.

4.13.14. Garantir que os direitos de propriedade intelectual e autorais sobre os produtos ou artefatos desenvolvidos pertençam à Administração, salvo justificativa em contrário.

4.13.15. Aplicar penalidades previstas no Contrato, assegurando contraditório e ampla defesa.

4.13.16. Emitir decisão sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, exceto nos casos de requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou irrelevantes.

4.13.16.1. O prazo para decisão será de até 1 (um) mês, prorrogável, de forma motivada, por igual período.

4.13.16.2. A decisão será proferida pelo Fiscal, Gestor ou autoridade competente, dentro de suas atribuições.

4.13.17. Responder, em até 1 (um) mês, eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela CONTRATADA.

4.13.18. Quando exigida garantia contratual, notificar os emitentes das garantias sobre a instauração de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual.

4.13.19. Exigir, sempre que necessário, a apresentação de documentação que comprove a manutenção das condições que ensejaram a contratação da CONTRATADA.

4.14. Obrigações da CONTRATADA

4.14.1. Aceitar todos os termos e condições previstas no edital de licitação e seus anexos.

4.14.1.1. Ter pleno conhecimento de todas as condições e peculiaridades inerentes aos serviços objeto deste Termo de Referência, não podendo invocar, posteriormente, desconhecimento para cobrança de serviços extras.

4.14.2. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com a Lei nº 8.078/1990 (CDC).

4.14.3.1. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades (fabricantes, técnicos ou quaisquer outros).

4.14.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.14.4.1. Quando especificado, manter equipe técnica composta por profissionais habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC.

4.14.5. Indicar preposto e assegurar seu contato permanente com o gestor/fiscal do contrato para coordenação dos trabalhos.

4.14.5.1. O preposto deverá reportar formal e imediatamente ao gestor ou fiscal quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do objeto, utilizando as formas de comunicação deste Termo de Referência.

4.14.5.2. Informar endereço, e-mail, número telefônico e contato para comunicações via aplicativo de mensagens do preposto.

4.14.6. Quando for o caso, manter profissionais nas dependências do CONTRATANTE devidamente trajados e identificados, com uso permanente de crachá com foto e nome visível.

4.14.7. Seguir as instruções do gestor/fiscal e reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens do objeto quando verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.14.8. Responder integralmente por quaisquer perdas ou danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus profissionais, nos termos da Lei nº 14.133 /2021. A fiscalização do CONTRATANTE não reduz tal responsabilidade, podendo haver desconto de valores devidos ou da garantia, se exigida.

- 4.14.8.1.** Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios de ações a que o CONTRATANTE for compelido a responder em decorrência desta contratação.
- 4.14.9.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 4.14.10.** Comunicar ao gestor/fiscal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente verificado no local de execução do objeto.
- 4.14.11.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade executada em desacordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens.
- 4.14.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução contratual.
- 4.14.12.1.** Observar, no que couber, a Resolução nº 110/2023-TRE/RN (PSI), disponível em: <https://bit.ly/TRERN-PSI>.
- 4.14.12.2.** O representante legal deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança (Anexo I), sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, abrangendo dados, informações, regras de negócio, documentos e correlatos.
- 4.14.13.** Substituir, quando exigido pelo Gestor do Contrato, qualquer profissional cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, por outro de qualificação igual ou superior.
- 4.14.14.** Na inexecução total do contrato, sem prejuízo de multas e sanções, restituir integralmente eventual valor pago antecipadamente, atualizado monetariamente pelo ICTI/IPEA, da data do pagamento até a restituição.
- 4.14.14.1.** Na inexecução parcial, restituir proporcionalmente valores pagos antecipadamente, quando houver, com atualização pelo ICTI/IPEA, da data do pagamento até a restituição.
- 4.14.15.** Prestar garantia contratual nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições contratuais.
- 4.14.15.1.** Se optar por seguro-garantia, apresentar a apólice em até 1 (um) mês contado da homologação da licitação, antes da assinatura do contrato.
- 4.14.15.2.** Nas modalidades caução e fiança bancária, prestar a garantia em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.14.16.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 124, I, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.14.16.1.** Para os itens 1 e 2 da *Tabela 1*, os quantitativos são estimativos e serão solicitados conforme demanda do CONTRATANTE.
- 4.14.17.** Quando não for possível verificar a regularidade no SICAF, entregar, junto com a Nota Fiscal para pagamento:
- a. Certidão conjunta de tributos federais e Dívida Ativa da União;
 - b. CRF/FGTS;
 - c. CNDT.
- 4.14.18.** Cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em lei, sem transferência de responsabilidade ao CONTRATANTE nem oneração do objeto.

- 4.14.18.1.** Arcar com quaisquer custos trabalhistas relativos à jornada dos profissionais disponibilizados para suporte.
- 4.14.19.** Cumprir, durante a execução, a reserva legal de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, e demais reservas legais.
- 4.14.19.1.** Quando solicitado, comprovar, no prazo fixado pelo gestor/fiscal, a reserva de cargos, indicando os empregados que preencheram as vagas.
- 4.14.20.** Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE e a legislação vigente nas esferas federal, estadual e municipal.
- 4.14.20.1.** Arcar com multas aplicadas por quaisquer autoridades em decorrência de fato a ela imputável relacionado ao objeto.
- 4.14.21.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, bem como materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, observando recomendações de boa técnica e legislação aplicável.
- 4.14.22.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais acessados por força do contrato.
- 4.14.23.** Submeter previamente, por escrito, quaisquer mudanças de métodos que se afastem do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando houver, para análise e aprovação do CONTRATANTE.
- 4.14.24.** Não permitir trabalho de menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz para maiores de 14 anos, nem trabalho de menor de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.
- 4.14.25.** Quando especificado, manter a produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.
- 4.14.26.** Ceder à Administração os direitos de propriedade intelectual e autorais sobre os artefatos e produtos produzidos, incluindo documentação, logs do sistema, modelos de dados e bases de dados.
- 4.14.27.** Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo incluir capacitação de técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa.
- 4.14.28.** Manter atualizados seus dados cadastrais junto ao CONTRATANTE.
- 4.14.29.** Atender às solicitações de serviços do CONTRATANTE conforme normas técnicas e legais, especificações, procedimentos de controle e cronogramas estabelecidos.
- 4.14.30.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévio conhecimento e autorização do CONTRATANTE.
- 4.14.31.** Não embaraçar ou frustrar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto por servidor designado.
- 4.14.32.** Garantir a prestação dos serviços, mesmo em estado de greve da categoria, mediante esquema de emergência.
- 4.14.33.** Arcar com todos os custos de deslocamentos, alimentação, hospedagens e demais valores financeiros de seus técnicos, gerados pela execução do objeto.
- 4.14.34.** Observar, no que couber, a Resolução CNJ nº 400/2021 (política de sustentabilidade no Poder Judiciário).

4.14.35. Observar, no que couber, a IN nº 01/2010-SLTI/MPOG (critérios de sustentabilidade ambiental em aquisições/contratações).

4.14.36. Quando demandado, disponibilizar acesso a logs quantitativos de acesso à solução no ambiente do CONTRATANTE.

4.14.37. Cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) quanto a todos os dados pessoais acessados em razão do certame ou contrato, a partir da apresentação da proposta, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

4.14.38. Utilizar os dados apenas para as finalidades que justificaram o acesso, observando a boa-fé e os princípios do art. 6º da LGPD.

4.14.39. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos, fora das hipóteses legais.

4.14.40. Encerrado o tratamento, eliminar os dados nos termos do art. 15 da LGPD, ressalvadas as hipóteses do art. 16, inclusive guarda para comprovação de obrigações legais ou contratuais enquanto não prescritas.

4.14.41. Orientar e treinar seus empregados sobre deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

4.14.42. Submeter-se a diligências do CONTRATANTE para aferir o cumprimento da LGPD, atendendo prontamente pedidos de comprovação.

4.14.42.1. Prestar, no prazo fixado (prorrogável justificadamente), quaisquer informações acerca de dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive sobre eventual descarte.

4.14.43. Manter bancos de dados oriundos do contrato em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável dos tratamentos (LGPD, art. 37), registrando acessos, data, horário e finalidade.

4.14.43.1. Desenvolver os bancos de dados em formato interoperável, garantindo a reutilização dos dados pelo CONTRATANTE nas hipóteses da LGPD.

4.14.44. Submeter o contrato a alterações nos procedimentos de tratamento de dados pessoais quando indicado por autoridade competente, em especial a ANPD, por opiniões técnicas ou recomendações na forma da LGPD.

4.14.45. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

4.15. Estimativa de Preços

4.15.1. O custo estimado da contratação encontra-se anexo ao edital do certame licitatório ou aviso de contratação direta.

4.16. Adequação Orçamentária

4.16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento ordinário do TRE/RN.

4.16.1.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

4.16.2. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação de serviços.

4.17. Reajustamento

4.17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em anexo ao Edital ou aviso de dispensa eletrônica.

4.17.1.1. Dentro do prazo de vigência do Contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custo da Tecnologia da Informação – ICTI – mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.17.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.17.1.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

4.17.1.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.17.1.5 Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.18. Sanções Administrativas

4.18.1. Com fundamento no capítulo I do título IV da Lei Federal nº 14.113/2021, a empresa CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas em contrato no caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, e assegurada a prévia e ampla defesa.

4.18.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, a CONTRATADA/Licitante /Participante que:

4.18.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

4.18.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

4.18.2.3. Der causa à inexecução total do contrato;

4.18.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

4.18.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

4.18.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

4.18.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

4.18.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

4.18.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

4.18.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

4.18.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

4.18.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.18.3. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

4.18.3.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

4.18.3.2. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 4.18.2.2, 4.18.2.3, 4.18.2.4, 4.18.2.5, 4.18.2.6 e 4.18.2.7 deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

4.18.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 4.18.2.8, 4.18.2.9, 4.18.2.10, 4.18.2.11 e 4.18.2.12, bem como nos subitens 4.18.2.2, 4.18.2.3, 4.18.2.4, 4.18.2.5, 4.18.2.6 e 4.18.2.7 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior deste Termo de Referência;

4.18.3.4. Multa:

4.18.3.4.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

4.18.3.4.2. 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

4.18.3.4.3. 0,5% (cinco décimos por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

4.18.3.4.4. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 5% (cinco por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

4.18.3.4.5. 0,5% a 4,0% sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 7 e 8 a seguir:

Grau	Correspondência
1	0,5% sobre o valor mensal do contrato
2	1,0% sobre o valor mensal do contrato
3	2,0% sobre o valor mensal do contrato
4	3,0% sobre o valor mensal do contrato
5	4,0% sobre o valor mensal do contrato

Tabela 7 - Grau da infração e percentual a ser aplicado

Infração	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais (aplicação de multa por ocorrência).	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo justificado, os serviços contratuais (aplicação de multa por ocorrência).	5
3	Recusar-se a executar os serviços determinados pela fiscalização.	4
4	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar de Órgão fiscalizador.	2
5	Deixar de encaminhar, quando exigido, documentação que o CONTRATANTE possa efetuar o pagamento pelos serviços prestados.	1
6	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo CONTRATANTE.	2
7	Substituir o preposto sem notificar o CONTRATANTE.	1
8	Deixar de cumprir as determinações contidas na Resolução n.º 110/2023 – TRE/RN que trata da Política de Segurança da Informação (PSI).	5

Tabela 8 - Condutas e grau de infração correspondente

4.18.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

4.18.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

4.18.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

4.18.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

4.18.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

4.18.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

4.18.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

4.18.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

4.18.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

4.18.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4.18.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

4.18.7.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.18.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

4.18.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

4.18.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

4.18.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

4.18.12. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

5. Requisitos Técnicos

5.1. Requisitos funcionais:

5.1.1. A solução deverá permitir o provisionamento sob demanda de máquinas virtuais, com diferentes perfis de CPU, memória e armazenamento, para possibilitar a hospedagem de sistemas atualmente em execução na infraestrutura local do CONTRATANTE.

5.1.2. A plataforma deverá oferecer serviços de banco de dados gerenciado, balanceamento de carga, execução de aplicações web e APIs sem necessidade de gestão de servidores, facilitando o desenvolvimento e a operação de sistemas pelo CONTRATANTE.

5.1.3. A solução deverá dispor de ferramentas e recursos que facilitem a migração de aplicações legadas da infraestrutura on-premises para o ambiente em nuvem, com suporte a diferentes sistemas operacionais, linguagens de programação e bancos de dados.

5.1.4. A solução deverá oferecer múltiplas opções de armazenamento, com suporte à criptografia, controle de versões e políticas de retenção de dados, para atender a diferentes tipos de aplicações e volumes de dados.

5.1.5. A plataforma deverá disponibilizar serviços e APIs de IA Generativa, incluindo modelos pré-treinados para geração de texto, análise de linguagem natural, classificação de documentos, tradução automática e outros, com acesso via SDKs e REST APIs.

5.1.6. A plataforma deverá oferecer recursos de logging, métricas, dashboards e alertas, possibilitando o acompanhamento em tempo real do desempenho das aplicações e da infraestrutura em uso, facilitando o diagnóstico e resolução de problemas.

5.1.7. A solução deverá permitir a definição de políticas de acesso granulares, com base em perfis de usuários, grupos e funções, de forma integrada com o diretório institucional ou com autenticação federada.

5.1.8. A plataforma deverá disponibilizar documentação completa, tutoriais, exemplos de código e canal de suporte técnico para auxiliar os desenvolvedores e administradores do CONTRATANTE durante a implantação e operação da solução.

5.2. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

5.2.1. A solução deverá atender integralmente aos requisitos de arquitetura tecnológica descritos nesta seção e à solução como um todo, abrangendo todas as etapas do ciclo de vida do objeto.

5.2.2. A empresa CONTRATADA deverá identificar periodicamente oportunidades de melhoria na arquitetura tecnológica adotada, visando aumentar a performance, reforçar a segurança da informação e aprimorar aspectos gerais da solução.

5.2.3. A arquitetura tecnológica da solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes princípios relacionados à excelência operacional em ambiente de nuvem:

5.2.3.1. Permitir operações definidas por código (Operations as Code), possibilitando que infraestrutura e aplicações sejam provisionadas, gerenciadas e atualizadas automaticamente por meio de código.

5.2.3.2. Possibilitar o uso de documentação baseada em anotações (Annotate Documentation), onde as anotações sirvam como entradas diretas para automações e operações realizadas por código.

5.2.3.3. Permitir atualizações constantes, pequenas e frequentes dos componentes das cargas de trabalho, com o objetivo de garantir agilidade e reduzir riscos durante as mudanças.

5.2.3.4. Permitir antecipação e prevenção de falhas, possibilitando a simulação de cenários, execução de testes e validação rigorosa dos requisitos antes da entrada em produção.

5.2.4. As arquiteturas implantadas em ambiente de nuvem deverão observar obrigatoriamente os seguintes requisitos:

5.2.4.1. Ser precedidas por planejamento detalhado.

5.2.4.2. Possuir cotas definidas para limitar o consumo dos recursos contratados, conforme necessidades previamente estabelecidas pelo CONTRATANTE.

5.2.4.3. Permitir o gerenciamento antecipado da capacidade das cargas de trabalho, com o intuito de evitar restrições inesperadas no consumo dos recursos.

5.2.4.4. Prever mecanismos eficazes para o controle e acompanhamento de custos, incluindo a emissão de alertas automáticos ao atingir limites predefinidos.

5.2.4.5. Ser projetadas considerando padrões mínimos de segurança da informação, abrangendo, entre outros, controles de acesso, registro detalhado de logs, monitoramento contínuo, gestão segura de credenciais e segmentação adequada de redes, conforme boas práticas recomendadas pelo provedor.

5.3. Requisitos de Projeto e de Implementação

5.3.1. A reunião inicial entre o CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.

5.3.2. Será de total responsabilidade da empresa CONTRATADA a requisição das informações necessárias e o cumprimento dos prazos contratados, cabendo ao Fiscal do Contrato fornecer tempestivamente as informações solicitadas.

5.3.3. A solução deverá cumprir integralmente os Requisitos de Projeto e Implementação, abrangendo todas as fases do ciclo de vida do objeto e as especificações técnicas dos produtos.

5.3.4. Os serviços de computação em nuvem contratados deverão ser executados conforme projeto elaborado pela CONTRATADA e previamente aprovado pelo CONTRATANTE. O referido projeto deverá conter obrigatoriamente:

5.3.4.1. Descrição detalhada da arquitetura da solução em nuvem, especificando infraestrutura, componentes envolvidos e suas interconexões.

5.3.4.2. Identificação clara das cargas de trabalho e recursos computacionais previstos, incluindo CPU, memória, armazenamento e largura de banda necessários.

5.3.4.3. Abordagem detalhada sobre segurança da informação, contemplando controle de acessos, criptografia de dados, aderência à regulamentação aplicável (por exemplo, LGPD) e mecanismos para auditoria de segurança.

5.3.4.4. Estimativa detalhada dos custos previstos para, no mínimo, os próximos três meses, discriminando claramente os elementos de custo envolvidos, tais como recursos utilizados, licenças, suporte técnico e manutenção.

5.3.5. Sempre que possível, integrações e soluções de interoperabilidade deverão ser desenvolvidas utilizando plataformas abertas, adotando arquitetura baseada em microsserviços e considerando modelos e frameworks disponibilizados no Portal do Software Público Brasileiro.

5.3.6. O desenvolvimento das soluções deverá utilizar frameworks, bibliotecas, componentes, ferramentas, códigos-fonte e utilitários que permitam portabilidade e compatibilidade com diferentes ambientes de nuvem, garantindo flexibilidade operacional e evitando dependência tecnológica exclusiva de um único fornecedor.

5.4. Requisitos de Implantação

5.4.1. A solução contratada deverá observar integralmente os Requisitos de Implantação da solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto e logística de implantação da solução.

5.4.2. A empresa CONTRATADA deverá fornecer as licenças e disponibilizar os acessos necessários para o gerenciamento dessas licenças dentro dos prazos estipulados no Contrato.

5.4.3. A empresa CONTRATADA deverá empregar práticas ágeis para implantação contínua, operação e automação de processos e cargas de trabalho no ambiente da solução contratada.

5.4.4. A implantação somente será considerada concluída após a realização e aprovação de todos os testes operacionais pós-implantação, com o devido atesto pelo Fiscal do Contrato.

5.5. Requisitos de Manutenção

5.5.1. O prazo de garantia deverá ter, no mínimo, a mesma duração do contrato firmado entre as partes, contado a partir da data do aceite definitivo emitido pelo próprio CONTRATANTE.

5.5.2. Durante o período de garantia, a empresa CONTRATADA será responsável por reparar, corrigir ou substituir, total ou parcialmente, qualquer item da contratação que apresente vícios, defeitos ou não conformidades, sem custos adicionais para o CONTRATANTE, exceto nos casos em que os danos sejam causados por uso indevido, negligência ou fatores alheios à vontade da empresa CONTRATADA.

5.5.3. A empresa CONTRATADA deverá realizar a substituição ou correção dos problemas detectados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação formal do CONTRATANTE, que poderá ser enviada por e-mail. O não cumprimento desse prazo poderá resultar na aplicação das sanções previstas no art. 40, §4º, da Lei n.º 14.133, bem como no art. 10, inciso II, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 58.

5.5.4. Todas as despesas associadas à substituição ou correção dos serviços e soluções durante o período de garantia serão integralmente custeadas pela empresa CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

5.5.5. A prestação de serviços de garantia, assistência técnica e suporte será realizada sob demanda, ou seja, a empresa CONTRATADA deverá atender as solicitações de suporte do CONTRATANTE conforme o Contrato.

5.5.6. A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar uma Central de Atendimento para suporte técnico, acessível por plataforma online, e-mail, telefone local ou número 0800 (DDG), respeitando os períodos, horários e condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato.

5.5.7. O sistema de Help Desk deverá gerar um número de protocolo para cada chamado aberto, permitindo ao CONTRATANTE o registro documental das ocorrências, bem como o acompanhamento e controle dos prazos de atendimento.

5.5.8. O serviço de suporte técnico permitirá a abertura de chamados ilimitados, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE, durante toda a vigência do Contrato.

5.5.9. O horário de atendimento do Serviço de Suporte Técnico deverá ser 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ao ano, com suporte prestado em Português do Brasil.

5.5.10. O prazo máximo para resposta aos chamados abertos será de até 2 (duas) horas, a contar da abertura do chamado na Central de Atendimento.

6. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

OSMAR FERNANDES DE OLIVEIRA JUNIOR

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 20/10/2025 às 10:04:34.

FRANCISCO ANDRETTI NEWTON BARROS BARBOSA

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 20/10/2025 às 10:18:24.

ERNESTO LECA PINTO

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 20/10/2025 às 10:09:35.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR-Anexo I.pdf (640.82 KB)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO I - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E DAS NORMAS DE SEGURANÇA

INTRODUÇÃO

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, sediado na Av. Rui Barbosa, 165 – Tirol, Natal/RN – CEP: 59.015-290, CNPJ n.º 05.792.645/0001-28 doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E DAS NORMAS DE SEGURANÇA, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto Federal nº 7.845/2012 – Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e

aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato ou instrumento de contratação celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal

da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições

contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº. 14.133/2021

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E DAS NORMAS DE SEGURANÇA é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <Nome> <Qualificação>	<hr/> <Nome> Matrícula: <xxxxxx>

TESTEMUNHAS	
<hr/> <Nome> <Qualificação>	<hr/> <Nome> <Qualificação>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.